



XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE
GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU

Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad

Arequipa – Perú
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

PROCESSOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL: DOS INTERCÂMBIOS TRANSNACIONAIS ÀS POLÍTICAS DA CAPES PARA A PÓS-GRADUAÇÃO.

ROSEMERI NUNES FEIJO

UFRGS

rosemerif@hotmail.com

Resumo:

O artigo trata da internacionalização da educação superior brasileira, tendo como foco a internacionalização da pós-graduação das ciências sociais no Brasil. A partir da análise de acordos de cooperação intercâmbio e da circulação internacional de cientistas sociais brasileiros com a América Latina, com o FLACSO e CLASO, e com a Europa, especialmente com a França, através do Acordo CAPES/COFECUB Procurando reconstituir o trajeto percorrido para a construção da inserção internacional da pós-graduação das ciências sociais do Brasil através de ações que passaram a fazer parte da política de internacionalização, políticas, notadamente estimuladas pela CAPES para os programas de pós-graduação, com sua hierarquia acadêmica avaliada trienalmente, através dos Planos Nacionais de Pós-Graduação, formulados pela CAPES, principal agência de apoio a pós-graduação.

Palavras-chave: Internacionalização. Educação Superior. Cooperação Internacional. Ciências Sociais. CAPES.

Introdução

Atualmente, a utilização do conceito de internacionalização está presente na literatura nacional e internacional, nas políticas das agências financiadoras e no discurso de dirigentes e professores das universidades, especialmente os vinculados aos programas pós-graduação em diferentes áreas de conhecimento.

No entanto a questão da internacionalização no campo da educação superior tem provocado muitas controvérsias entre os teóricos e há várias interpretações sobre o seu significado e aplicação em diferentes áreas de estudo. Essas questões estão presentes na literatura internacional, assim como na forma em que está sendo “importada” pela literatura brasileira.

As ciências sociais brasileira se constituiu através de ações e políticas que envolveram a cooperação, o intercâmbio e a circulação internacional, como parte de um processo variado e convergente na direção da política de internacionalização. Mesmo que não tenha alcançado um patamar global de internacionalização, a pós-graduação e a pesquisa a ela associada possuem em muitas áreas, incluindo nas ciências sociais, reconhecimento relevante da comunidade científica internacional.

Portanto, este trabalho procurará estudar a contribuição da circulação acadêmica e suas implicações nas atuais políticas de internacionalização, ao longo da evolução e consolidação desse processo na pós-graduação da área de ciências sociais.

O ensino superior brasileiro

As instituições de ensino superior no Brasil eram, marcadamente, grandes colégios quase que exclusivamente preocupadas com a transmissão de conhecimento e com a formação de profissionais de modo muito convencional. Somente a partir dos anos 1950 com a instituição do Sistema Público Federal de Ensino Superior implementa-se, de fato, uma política de valorização da educação superior e da pesquisa. No entanto, apesar do esforço dos pioneiros do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, a atividade de pesquisa era pouco expressiva. O corpo docente das IES era pouco qualificado e as atividades eram voltadas basicamente ao ensino (NEVES, 2007).

Este quadro começa a se modificar significativamente com a reforma do ensino superior de 1968. Neste período, teve início, no Brasil, um vigoroso processo de valorização da pós-graduação e de fortalecimento da capacidade nacional de pesquisa apoiado em políticas oficiais estáveis e consistentes de construção da infra-estrutura material para a pesquisa científica e tecnológica, especialmente nas universidades públicas (e em algumas universidades católicas - PUCs), e de formação de recursos humanos. É importante destacar que esse processo de construção da capacitação em C&T esteve profundamente vinculado à cooperação e ao apoio internacional.

Ao longo das décadas seguintes, planos e programas oficiais focaram o crescimento do sistema de ensino pós-graduado e a manutenção de um ousado programa de bolsas de estudo no Brasil e no exterior; a implantação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições universitárias e centros de pesquisa mantidos pelo poder público; e a organização de um sistema geral de fomento à pesquisa.

Paralelamente à intensa qualificação do corpo docente das universidades, foi se estruturando o sistema de pós-graduação nas IES, onde hoje o Brasil tem, de longe, o sistema de pós-graduação mais sofisticado da América Latina e dos países emergentes. As universidades brasileiras têm procurado, desde então, desenvolver ações que visam

a cooperação científica e os intercâmbios bilaterais de investigadores para fortalecimento de pós-graduações, institutos e centros de pesquisa universitários.

Duas agências governamentais de fomento, criadas no início dos anos cinquenta, a CAPES e o CNPq, eram responsáveis pela mobilização de recursos e a implantação de programas que estimulassem jovens estudantes e docentes a completarem sua formação no nível de Doutorado, especialmente, no exterior. Sua capacidade de atuação, no entanto, ainda era pequena e o montante de bolsas oferecidas era muito reduzido.

Nesse período, tiveram um papel importante, inúmeras instituições internacionais que ofereciam bolsas de estudos para estudantes brasileiros no exterior.. Os estudantes beneficiados, ao concluírem seus estudos, voltavam ao Brasil e, quase na sua totalidade, assumiam funções e posições em Universidades e começavam a trabalhar para implantar programas de Mestrado e Doutorado.

A cooperação internacional e as ciências sociais brasileira

A circulação acadêmica no Brasil se inicia com a participação de pesquisadores inicialmente na FLACSO (Chile) que precede a formação doutoral de muitos nos Estados Unidos e/ou na Europa. Posteriormente, nos anos 70 essa expansão para a América Latina é favorecida com a criação da CLACSO, sediada na Argentina. Num segundo momento, esse estímulo à formação no exterior, principalmente na França, levou a institucionalização de acordos de cooperação, com uma política de intercâmbio acadêmico, se destacando o Acordo CAPES/COFECUB, que previa, não só a ida de pesquisadores brasileiros para a França, mas também o recebimento por parte da instituições brasileiras de pesquisadores franceses, acordo este que se mantém vigente após 35 anos.

Partindo de uma perspectiva latinoamericana e da formação das ciências sociais através da circulação de pessoas e de idéias, com a criação da FLACSO, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, que é um organismo internacional, autônomo e de natureza intergovernamental, fundado em 1957 por iniciativa da UNESCO e de alguns países da América Latina e Caribe. Reunia ex-alunos de curso de ciências sociais do Brasil, México, Peru, que procuravam a Faculdade para fazer uma espécie de mestrado, que era a primeira formação profissional que se teve na América Latina em ciências sociais, em torno dos anos de 1957 e 1958. Podemos ver a experiência de circulação internacional quando temos uma boa parte dos cientistas sociais, principalmente uruguaios, argentinos, mexicanos e brasileiros, que depois vão fazer uma carreira importante e que vão ser referência na América Latina, realizando formação na FLACSO. Ocorrendo uma convergência de pessoas de outros países que vinham buscar o conhecimento e depois retornavam para as suas instituições, disseminando novos conhecimentos e ideias, onde, de uma certa maneira, houve uma forma de internacionalização das ciências sociais.

Da mesma forma, com a criação do CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, que é uma instituição internacional não-governamental, fundada em 1967. O comitê diretivo era integrado por representantes, tendo alguns brasileiros, uma espécie de conselho internacional que definia os grupos de trabalho que se reuniam e definiam os temas importantes que envolvesse a América Latina.

Neste período se falavam apenas em iniciativas, mas que tinham o poder de estabelecer políticas que acabam unindo países em torno de uma idéia comum, havendo um trabalho conjunto, de cooperação, com nomes de referência de diversos países.

No Brasil, os acordos de cooperação internacional se intensificaram nos anos 1970 do século XX, tendo como objetivo promover a formação qualificada do quadro

de pessoal das universidades e dos programas de pós-graduação. Neste cenário destaca-se, notadamente, o acordo de cooperação CAPES/COFECUB, firmado entre a França e o Brasil, que continua sendo um dos acordos mais amplos e duradouros entre os dois países.

A sua criação ocorreu através do Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a França assinado em 1967. Em 1973, um grupo de reitores franceses visitaram algumas universidades brasileiras, especificamente instituições da região nordeste. A partir dessa visita, em janeiro de 1976, representantes governamentais e dirigentes universitários, dos dois países, trabalharam em conjunto com o objetivo de formular o Programa. Em dezembro de 1977, como resultado do trabalho das várias missões realizadas, foram definidos os propósitos básicos do Acordo e as instituições brasileiras a serem por ele abrigadas.

O termo de compromisso que instituiu o Acordo CAPES-COFECUB foi assinado em 1978 por ocasião da visita do presidente Valéry Giscard d'Estaing, como um Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica de 1967.

A sua proposta inicial tinha como objetivo impulsionar o desenvolvimento das universidades da região nordeste do Brasil. Mas, no início da década de 1980, o Acordo foi modificado, ampliando suas ações para outras regiões do país, por solicitação de instituições universitárias do Sudeste e do Sul que desejavam participar do processo de cooperação. Esta ampliação resultou em um aumento do número de instituições brasileiras participantes, havendo modificações importantes na concepção inicial do acordo, ocasionando uma série de consequências a médio e longo prazo.

A cooperação previa a mobilidade de estudantes, de docentes com vistas a sua qualificação no exterior e a visita de professores franceses no PPG local para pesquisas e publicações em conjunto.

Este acordo teve grande importância para a formação e consolidação da pós-graduação brasileira, especialmente da área de ciências sociais, lembrando que o processo de internacionalização desta área, ocorreu através da atuação das chamadas “missões estrangeiras” na fase de criação da Escola de Sociologia e Política da USP, e pela circulação acadêmica entre países da América Latina

No Brasil, a partir dos anos 1950, e mais intensamente nos anos 1980, as agências financiadoras de pesquisa promoveram uma política voluntarista de apoio aos intercâmbios através da concessão de bolsas de diferentes tipos, assim fomentando a intensificação das trocas científicas. De acordo com MARTIN, Saint (2004), as trocas e a circulação de intelectuais e cientistas não são um fenômeno recente, embora pouco estudado. E, através da análise da circulação de pesquisadores, podemos ver os fatores transnacionais que contribuíram para a institucionalização das ciências sociais, explorando o papel do intercâmbio entre universidades, organismos internacionais, associações e centros de pesquisas, de acordo com TRINDADE (2004).

Segundo dados disponibilizados pela CAPES, de 1978 a 2015, foram desenvolvidos 876 projetos conjuntos de pesquisa, e 76 na área de ciências humanas através de programas de pós-graduação. Destes programas de Pós-Graduação muitos, atualmente estão entre os melhores programas do Brasil, com nota 6 ou 7, considerados de nível de excelência acadêmica, o que é considerado pela CAPES com desempenho equivalente ao alto padrão internacional.

A cooperação internacional é considerada parte integrante da política de um país, a expressão de um trabalho conjunto entre nações, com o intuito de contribuir e operar na busca de objetivos de interesse comum para os envolvidos. Nas instituições de ensino superior, a cooperação acadêmica internacional é um meio pelo qual o ensino e a pesquisa se fortalecem.

CHERMANN (1999, p.50) destaca:

“A cooperação internacional entre academias é uma prática há muito tempo desenvolvida, com ações esporádicas, acordos bilaterais ou contratos com pesquisadores de diferentes instituições do mundo, muitas vezes, tem a ciência da própria universidade, o que não se configurava em um apoio institucionalizado a esses contatos. Surgem, então, as redes acadêmicas que, institucionalizadas ou não, permitem o contato entre pesquisadores em projetos conjuntos. Elas se formam com propostas de estudos temáticos ou de cooperação para a pesquisa, capacitação docente e de recursos humanos”.

CASTELLS (2000), no livro “A Sociedade em Rede”, define redes como:

conjuntos de “nós interconectados”, com uma estrutura dinâmica, flexível e aberta, que representam uma alternativa para que as organizações possam estabelecer processos de compartilhamento, com benefícios mútuos.

No Brasil a cooperação acadêmica internacional teve como motivo principal a necessidade de desenvolver um sistema Federal de Ensino que teve início com a criação das primeiras universidades federais.

Como a própria palavra diz, a cooperação significa “co-operar”, ou seja, operar em conjunto, ou ainda, a ação de trabalhar conjuntamente com outros, podendo ser definida como “a expressão de um trabalho conjunto entre nações, visando contribuir e operar na busca de objetivos de interesse para todos os participantes envolvidos” SOUTO e REINERT (2004, p.1)

O início das atividades de cooperação técnica internacional, como mecanismo auxiliar do desenvolvimento, ocorreu no final da Segunda Guerra Mundial, na conferência de Bretton Woods, em julho de 1944, quando foram criados o Banco Mundial e o Fundo Monetário - FMI.

As primeiras iniciativas de estruturação da cooperação internacional regular como um todo (científica, técnica e tecnológica) foram motivadas pelas Nações Unidas devido à necessidade de reconstruir os países afetados pelo conflito e de acelerar o desenvolvimento dos países menos industrializados.

A circulação internacional de pesquisadores nacionais que foram estudar em instituições estrangeiras, obtendo títulos, diplomas e competências, tal como a vinda de cientistas estrangeiros ao país para a realização de atividades de pesquisa e ensino, contribuíram para intensificar o intercâmbio entre pesquisadores e instituições dos países ocidentais. O termo intercâmbio se refere à ação de dar uma coisa ou realizar uma ação em troca de outra coisa ou ação.

As políticas educacionais para a pós-graduação, já se mostravam presente desde os anos 1970, com o início do fortalecimento da pós-graduação no país, através da mobilidade internacional docente. Sendo também contemplada nos três primeiros Planos Nacionais de Pós-Graduação.

A CAPES e as políticas de internacionalização através dos PNPGEs

Tendo em vista que, uma política pública é composta de um conjunto de ações, programas e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou

econômico. Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG)¹ têm, por objetivo, subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para as áreas de educação, ciência e tecnologia. Tais ações evidenciam o aprimoramento do sistema nacional de pós-graduação para o avanço do conhecimento e a inserção no futuro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil.

Até o PNPG 2005-2010, a cooperação internacional não era relacionada com ações de internacionalização da pós-graduação, as metas dos planos eram dar continuidade e reforço, tendo como destino a viabilização do intercâmbio de docentes e pesquisadores com instituições no exterior, com o objetivo de projetos comuns de ensino e pesquisa.

No entanto, a política de internacionalização da pós-graduação se constituiu numa das maiores metas do PNPG 2011-2020, onde a cooperação internacional esta diretamente relaciona ao aumento da produção científica de pesquisadores brasileiros em periódicos de circulação internacional, ocorrendo através das ações de cooperação científica internacional promovida pelas agências de fomento e com isto elevando a internacionalização da pós-graduação brasileira.

Internacionalização e globalização da educação superior

A educação superior a partir das Conferências Mundiais sobre a Educação Superior, promovidas pela UNESCO, se consolidou como um bem público nacional, e com o processos de globalização do conhecimento foi se transformando na direção de uma sociedade global do conhecimento. Dai a importância crescente da problemática e do enfoque a internacionalização do conhecimento que são promovidos através da mobilidade acadêmica, do surgimento de novas tecnologias e dos intercâmbios e acordos de cooperação internacional.

Levando em consideração a quantidade de literatura e da diversidade de definições existente sobre a temática da “internacionalização da educação superior”, podemos considerar que este é um assunto que faz parte de um debate cada vez mais complexo e intenso, principalmente na busca da relação com globalização.

No Relatório da Conferência Mundial da UNESCO de 1998, é recomendado que a internacionalização da educação superior seja uma ação de cooperação entre as instituições, visando compartilhar o conhecimento, para o desenvolvimento e contribuindo para aumentar a qualidade do ensino e da pesquisa, e não como uma competição entre as instituições.

De acordo com GUADILLA (2013), na América Latina os estudos sobre educação superior estão pouco desenvolvidos, considerando o México o país com o maior grau de institucionalização, com vários centros de estudos e pós-graduações em educação superior. Porém, o Brasil aparece como um dos países que mais se preocupa com a qualidade de suas instituições, através da utilização de mecanismos de avaliação. A UNESCO aparece como uma referência importante em estudos comparados sobre educação superior, entre as organizações internacionais, onde foram feitos os primeiros estudos sobre educação superior.

A história da internacionalização das universidades surge no mesmo momento que nasce a universidade europeia há quase 10 séculos, mesmo quando para alguns autores em esses momentos não se podia falar de internacionalização como tal, pois não

¹ O PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação –, elaborado pelas instâncias superiores da CAPES, e tem como objetivo definir as políticas da agência governamental estabelecendo diretrizes e metas para a pós-graduação.

existiam as nações, sinal de inter-territorialidade, para se referir aos fenômenos de mobilidade e intercâmbio.

Mas para RAMA (2009), a universidade sempre foi internacional, porque o saber não conhecia fronteiras e não existiam as nações. A universidade se tornou nacional a partir da construção dos estados nacionais, que estabeleceram modelos de gestão estatal e ditaram os objetivos da universidade e os interesses da nação ou da igreja.

No entanto, para GUADILLA (2013) existe uma tendência de crer que a universidade sempre foi internacional, mas não é bem assim. Embora no início da universidade, na Idade Média, foi um período de intercâmbio de estudantes e professores entre universidades de lugares geográficos diferentes, estes lugares foram separados quando surgiu o Estado-nação. Considerando esta mobilidade mais como inter-territorial do que internacional. Estas instituições geralmente pertenciam a mesma comunidade religiosa e falavam a mesma língua, o que facilitava a circulação e o reconhecimentos dos títulos e estudos.

No século XV esta circulação diminuiu, e ficou centrado nas elites. A Reforma e a Contra-reforma também contribuíram para marcar as fronteiras e dificultar a livre circulação. No decorrer do século XVII, alguns países europeus começaram a impor requisitos para os estudantes que desejavam seguir carreira na administração pública, dando prioridade aos alunos que se formaram dentro do próprio país. E, na primeira metade do século XX houve mobilidade, principalmente, da Europa para os Estados Unidos, devido aos efeitos das guerras mundiais. E a partir da segunda metade deste século que a internacionalização começa a se expressar com uma grande mobilidade de estudantes de países menos desenvolvidos para os desenvolvidos (sul-norte). Surgindo acordos de cooperação institucional no sentido inverso (norte-sul). Surgindo também os programas de intercâmbio acadêmico da União Européia, e na América Latina, o MERCOSUL, TLCAN, UNAMAZ, CSUCA. Entre os programas de cooperação acadêmica entre Europa e América Latina, o ALFA e COLUMBUS. Este é um debate mais recorrente na Europa e América do Norte, para TEICHLER (2004) o processo de maior “internacionalização” no ensino superior esta relacionado a três termos: internacionalização, europeização e globalização. Em sua opinião, existe certa semelhança entre os termos, pois os três consideram a tendência da transmissão do conhecimento que envolve múltiplos atores.

De acordo com a Associação Internacional de Universidades, a internacionalização da educação superior é um conceito em plena evolução, é um processo dinâmico, definido e redefinido constantemente pelo contexto internacional em que se encontra. Concebendo a globalização hoje como o fator contextual mais importante que determina a internacionalização da educação superior.

Ainda segundo a A.I.U, o contexto atual da internacionalização da educação superior, descrita neste documento, realiza um chamado a todas as instituições a rever e fortalecer os valores, princípios e objetivos que são subjacentes a internacionalização, incluindo: a aprendizagem intercultural, a cooperação interinstitucional, o benefício mútuo, a solidariedade, o respeito mútuo e a igualdade das associações.

Para GUADILLA (2013), o desafio é como criar políticas onde a internacionalização cooperativa prevaleça sobre a internacionalização lucrativa e onde se enfatize o desenvolvimento harmônico sustentável, sendo que “a regulação não esteja apenas submetida ao mercado ou ao Estado, mas também, a comunidade”.

Vários fatores – como a queda da cortina de ferro, o processo da unificação europeia e a crescente globalização de nossas economias e sociedades – desempenharam um papel nesta transferência de uma noção fragmentada e marginal de

“educação internacional” para o conceito da internacionalização mais integrado, ou seja, abrangente.

Neste aspecto é preciso ver o relatório da NAFSA: Associação dos Educadores Internacionais, elaborado por John Hudzik e intitulado “Internacionalização Abrangente: do Conceito à Ação” (www.nafsa.org/cizn), mais como um chamado de despertar do que como a apresentação de um novo conceito. Internacionalização abrangente é uma tautologia: a internacionalização não é internacionalização se não for abrangente, ou então não passa da velha educação internacional.

O desenvolvimento posterior da globalização, a intensificação do tratamento do ensino como commodity e a noção de uma economia e uma sociedade global do conhecimento também resultaram numa nova gama de formas, provedores e produtos – como a instalação de campi no exterior, franquias e a comercialização dos serviços de ensino. Além disso, uma consequência vista atualmente é o ocasional surgimento de dimensões, visões e elementos conflitantes no discurso da internacionalização.

A internacionalização da educação superior esta diretamente relacionada a cooperação internacional, onde a atual política educacional brasileira relaciona-se com a estratégia do governo de se fortalecer internacionalmente através de convênios de cooperação e acordos bilaterais, sendo o avanço internacional de importância vital para o progresso científico de qualquer nação.

Em 1998 a Conferência Mundial da UNESCO, sobre educação superior, teve como foco, por uma das quatro comissões, a Cooperação Internacional. A mesma teve sua relevância durante as discussões porque é vista, muitas vezes, como mais um meio, e não como um fim em si mesma. Sendo a cooperação usada como um meio para atingir certos objetivos, relacionados a internacionalização, estando uma diretamente relacionada a outra.

As instituições começaram a encontrar nos programas de cooperação internacional um incremento de competência no desenvolvimento de sua missão social (STALLIVIERI, 2004). A cooperação internacional, através do intercâmbio de conhecimentos acadêmicos, técnicos, científicos e tecnológicos, está cada vez mais presente, promovendo o desenvolvimento e a aliança política e cultural entre as instituições, sociedades e Estados. Esta tem ocorrido especialmente entre os países em desenvolvimento, com o programa de mobilidade discente e docente, e a oferta de bolsas de estudo como parte dos acordos na área da educação.

Não obstante a orientação e as políticas de cooperação internacional terem evoluído consideravelmente nas últimas décadas, ampliando seus temas de interesse e ao mesmo tempo especializando-se, o conceito inicial de "*ajuda para o desenvolvimento*" ou "*ajuda para a autonomia*" permanece vivo até os dias atuais.

A definição de instrumentos e mecanismos adequados para a implementação da cooperação internacional foram objeto de atenção especial desde o início. A ajuda financeira, o apoio técnico, a formação de recursos humanos, os processos de transferência de tecnologia, a doação de equipamentos e materiais, entre outros mecanismos, foram - e continuam sendo - amplamente utilizados na operacionalização da cooperação. O principal instrumento de definição das intervenções propostas e de planejamento das ações de cooperação é o projeto, consubstanciado em documento que registra os fins almejados e os meios necessários para sua consecução, além da lógica da intervenção (marco lógico, hipóteses feitas, riscos assumidos, responsabilidades compartilhadas, etc.).

O estágio de desenvolvimento alcançado pelo Brasil, entre diversos países que vinham se beneficiando intensamente da cooperação internacional nas últimas décadas, fez com que algumas instituições brasileiras fossem demandadas com crescente

intensidade tanto por países interessados na sua experiência quanto por organismos internacionais. Neste particular, o Governo brasileiro, reconhecendo a importância que a CTI havia representado para o desenvolvimento nacional, considerou que o Brasil deveria dar um retorno compatível com os benefícios dela obtidos e colocou sua experiência à disposição dos países interessados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Da mesma forma, utilizava-se o conceito de “educação internacional” para referir-se as várias formas de circulação internacional em termos de intercâmbio e formação no exterior. Este conceito foi substituído por “internacionalização” em função da intensificação dos fluxos de conhecimento, a velocidade da geração de conhecimentos científicos e sua aplicação tecnológica em patentes.

Segundo DE WIT (2013), o sentido de internacionalização, na educação superior, não tem mais do que duas décadas. Antes dos anos noventa, o termo usado coletivamente era “educação internacional”. Isto era menos um conceito do que um termo abrangente, que buscava englobar toda uma série fragmentada de atividades internacionais, pouco relacionadas entre si, na educação superior: o estudo no exterior, orientação de estudantes estrangeiros, intercâmbio de estudantes e funcionários entre universidades, ensino voltado para o desenvolvimento e estudos de áreas específicas. Sendo a mudança gradual do uso do termo de “educação internacional” para “internacionalização da educação superior”, com a criação de uma abordagem mais conceitual para a internacionalização.

Existe uma grande discussão acerca dos termos globalização e internacionalização do ensino superior, e os autores ALTBACH E KNIGHT (2007) fazem uma distinção entre os dois termos. Para eles, a globalização se relaciona com o contexto de tendências econômicas e acadêmicas do século XXI, ao passo que a internacionalização é o conjunto de políticas e práticas empreendidas por sistemas acadêmicos, instituições e indivíduos para lidar com o ambiente acadêmico global. Mesmo havendo algumas divergências entre os autores, podemos entender o primeiro como um fenômeno mais abrangente, não se referindo apenas à educação, mas também à economia e à cultura, envolvendo acordos comerciais; enquanto o segundo relaciona-se com as práticas exercidas no âmbito da educação por governos e instituições.

KNIGHT (2012) mostra preocupação em refletir sobre um conjunto de consequências imprevistas, inicialmente, do processo de internacionalização, desde a chamada “fuga de cérebros” até o aumento da “mercantilização da educação”. Cabe ressaltar que esta mesma autora também tem se ocupado, de forma consistente, com a relação entre globalização e internacionalização, defendendo, nesse caso, que esses dois processos, embora diferentes, são associados de várias maneiras. Em um artigo de sua autoria, publicado no boletim *Ensino Superior UNICAMP*, ela explica:

[...] a globalização tem seu foco no fluxo mundial de ideias, recursos, pessoas, economias, valores, culturas, conhecimento, bens, serviços e tecnologias. A internacionalização enfatiza o relacionamento entre as nações, povos, culturas, instituições e sistemas. (KNIGHT, 2012, p.65).

Nesse sentido, Knight sugere que globalização, ao apontar para uma ideia de “fluxo mundial” muitas vezes pautada na competitividade e no comércio, impactou positiva e negativamente a internacionalização do ensino. Mas, ao mesmo tempo, o

“crescimento desse ensino e sua inclusão nos acordos comerciais bilaterais e regionais fortaleceram a globalização” (KNIGHT, 2012, p.65).

Trata-se de processos que se sustentam; e, no entender da autora, não se pode perder de vista o foco nos valores, como “cooperação, parceria, troca, benefícios mútuos e aprimoramento da capacidade”, que norteavam tradicionalmente a ideia de internacionalização da educação superior. Isso porque, tendo em vista a sua associação com a globalização, no que se refere aos aspectos comerciais desta, há o risco de que se transfigure em um mercado de diplomas internacionais voltado a interesses individuais (KNIGHT, 2012).

ALTBACH (2002), adverte que as corporações multinacionais, conglomerados de mídia e até as grandes universidades são os novos neo- colonialistas – procurando o domínio não só por razões políticas e ideológicas, mas preferencialmente por objetivos comerciais. Entretanto, o resultado deste domínio é muito similar: perda de autonomia intelectual e cultural por aqueles que são os menos poderosos. Colaboração acadêmica, troca intelectual e internacionalização são subordinadas à maior missão da empresa – lucro. O mundo está se movendo na direção de internacionalizar educação superior usando as energias da academia e respondendo às necessidades do mercado.

Para o autor VAN DAMME (2001), um dos aspectos mais importantes do processo de internacionalização é a mobilidade acadêmica, por ser uma das facetas mais visíveis da internacionalização. Além de estar associada a outros pontos inseridos das discussões sobre internacionalização, como a qualidade ou, no caso dos autores latino-americanos, a capacidade da universidade ser fomentadora de desenvolvimento social e econômico, ou ainda, o papel do estado e das organizações internacionais.

Para BARTELL (2003), a Internacionalização seriam trocas internacionais relacionadas à educação e a *Globalização* como uma avançada fase no processo que envolve a internacionalização. O autor aponta diversas formas de realizar a internacionalização: presença de estrangeiros e estudantes-convênios num determinado campus; número e magnitude de concessões de pesquisa internacional; projetos de pesquisa internacionais cooperativados; associações internacionais envolvendo consultoria para universidades estrangeiras e outras instituições; setores de universidades privadas com metas internacionais; cooperação internacional e colaboração entre escolas, conselhos e faculdades na universidade; e o grau de imersão internacional no currículo, entre outros.

CONCLUSÃO

O intercâmbio, a circulação e cooperação acadêmica internacionais não são a priori sinônimos de internacionalização, mas antecedem e fundamentam as atuais políticas públicas para a educação superior e mais especificamente para a pós-graduação.

Tradicionalmente, as IES brasileiras têm poucos recursos e instrumentos para desenvolver planos consistentes e próprios de inserção internacional. Elas são dependentes, na maior parte dos casos, dos programas de apoio mantidos pelas agências de fomento (Capes, CNPq etc.). Esses programas não contemplam, por exemplo, o apoio a planos estratégicos das instituições. Apoiam projetos específicos de cooperação com este ou aquele país e, sobretudo por meio do custeio da mobilidade acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTBACH, Philip G.; KNIGHT, Jane. The internationalization of higher education: motivation and realities. *Journal studies in international education*, vol. 11, n. 3/4 (Fall/Winter), p. 290-305, 2007.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós- graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem- sucedida. In: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BARTELL, M. Internationalization of universities. A university culture-based framework. Higher education. Manitoba, Winnipeg, 2003, p. 37-52.

BUCCI, Maria Paula Dallari (Organizadora). *Políticas Públicas: Reflexões sobre o conceito Jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000, v.1.

CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais.

CHERMANN, Luciane de Paula. Cooperação internacional e universidades: uma nova cultura no context da globalização. São Paulo: Educ, 1999.

DE WITT, Hans. Rationales for internationalization of higher education. *Millenion*, n. 11, 1998.

GUADILLA, Carmen Garcia. Cátedra Andrés Bello Educación Superior Comparada. Estudos Avançados da Universidade Federal da Integração Latino-Americana/IMEA-UNILA, 2013.

www.google.com.br/search?q=1572015-Estatisticas-CapesCOFECUB-1978+...+-+Fundação+CAPES

KNIGHT, J. Internationalisation: Key concepts and Elements. In: EUROPEAN UNIVERSITY ASSOCIATION. *Internationalisation of European Higher Education*. Berlin: Raabe, 2010.

KNIGHT, Jane. Cinco verdades a respeito da internacionalização. Ensino Superior Unicamp. Campinas: Unicamp, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/cinco-verdades-a-respeito-da-internacionalizacao>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

KNIGHT, Jane. Internacionalização da educação superior: novos desenvolvimentos e consequências não intencionadas. *Boletim Iesalc*, n. 211, out. 2010.

KNIGHT, Jane. Un modelo de internacionalización: respuestas a nuevas realidades y retor. In: DE WIT, Hans et al. *Educación Superior en América Latina: La dimensión internacional*. Bogotá, Colômbia, v.1, p. 1-38, 2005.

MARTINS, Carlos Benedito (org.). Diálogos entre o Brasil e a França: formação e cooperação acadêmica. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2005.

MARTIN, Monique de Saint. Introdução. In: ALMEIDA, Ana Maria F et. al. *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Reforma e desafios da educação superior: processo de Bolonha dez anos depois. *Sociologia & Antropologia*, v. 01, p. 181-207, PPGSA/UFRJ, 2011.

Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2005-2010. Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: CAPES, 2004.

Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020. Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: CAPES, 2010.

RAMA, Claudio. La Tendencia a la Internacionalización de la Educación Superior. In: LAMARRA, Fernandez. *Universidad, sociedad e innovación*. Buenos Aires: Edumtref. 2009.

STALLIVIERI, Luciane. Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

SILVA, Darly. Cooperação internacional em ciências tecnologia: oportunidades e riscos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 50 (1): 5-28.

SOUTO, À. J.; REINERT, J. N., Cooperação internacional interuniversitária: o caso da UFSC. *Anais do IV Colóquio de Gestão Universitária na América do Sul*, 2004.

TEICHLER, U. The changing debate on internationalisation of higher education. *Higher education*, Kluwer Academic Publishers, v. 48, 2004, p. 5-26.

THELEN, K e STEINMOS, S. Historical Institutionalism in Comparative Politics. In: Thelen, K; Steinmos, S, LONGSTRETH, F., orgs. *Structuring Politics: historical institutionalism en comparative analysis*. Cambridge University Press. 1992, p.1-32.

TRINDADE, Hélió. Institucionalização e internacionalização das ciências sociais na América latina em questão. In: ALMEIDA, Ana Maria F. et. al. *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

TRINDADE, Hélió. Ciências sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e expansão. In: TRINDADE, Hélió et. al. *As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada 1930-2005*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

VAN DAMME, Dirk: Quality issues in the internationalization of higher education. Higher Education, n° 41, p. 415-441, 2001.